



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

ADITIVO DE QUANTITATIVO

JUSTIFICATIVA

ADITIVO DO CONTRATO Nº 20200140, DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 006/2020-DL

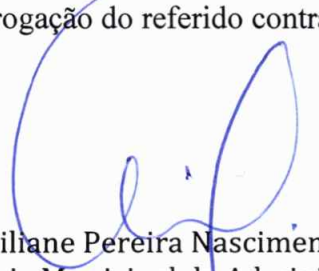
Solicitamos ADITIVO DE QUANTITATIVO do contrato nº 20200140 da empresa, **PETRÓLEO SABÁ S/A** abrangendo todos os itens, objeto (Produtos derivados de petróleo) do referido contrato para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura na manutenção dos serviços de obras rodoviárias na sede do município e na zona rural. O contrato em questão foi celebrado com a finalidade de suprir a necessidade de abastecimento das máquinas, caminhões e outros equipamentos obedecendo às dotações discriminadas a seguir. 2092, 1052, 1035, 1036, 2095, 2089 e 2091 que fazem parte de todas as ações desenvolvidas por esta secretaria e dotações de outras secretarias.

Em anexo, segue planilha discriminatória do quantitativo dos itens que são objeto do contrato por dotação orçamentária.

Justificamos o pedido em vista que, o período de estiagem prolongou-se por mais tempo que o normal, e a secretaria de infraestrutura aproveitou para estender e abrir novas frentes de trabalho para desta forma dá uma melhor trafegabilidade nas estradas vicinais do município e também acelerou os trabalhos de pavimentação urbana na sede.

Desta forma o combustível licitado para 12 (doze) meses não foi suficiente para manter as máquinas e caminhões até o término do contrato e sendo assim, somos favoráveis ao aditivo de 25% (vinte e cinco por cento) de todos os itens do contrato.

Obedecendo ao que rege a cláusula DECIMA QUINTA do contrato em questão, e conforme disposto no Art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93 e sendo do interesse da secretaria, justifica-se a prorrogação do referido contrato.



Leiliane Pereira Nascimento
Secretária Municipal de Administração
Dec. Mun. nº 0044/2020 de 01/04/2020

Ilmo. Sr. Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Itaituba/PA

Av. Dr. Hugo de Mendonça, s/nº
Boa Esperança
Itaituba/PA
CEP 68181-000

SEMAD

20/JAN 2021

11:08

M. Cleidiane Porto B. Silva

Objeto: pedido de revisão/repactuação de Contratos Administrativos e de medida cautelar

Ref: Dispensa de Licitação nº 006/2020 - Contratos administrativos nºs 2020200137, 20200138, 20200139 e 20200140

PETRÓLEO SABÁ S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.169.215/0001-91, sediada na Rua Quixoto, nº2, sala 03, Bairro Vila Buriti, Manaus-AM, vem, respeitosamente, a um só tempo, dar conta do superveniente impacto econômico-financeiro vivenciado pelo setor de distribuição de combustíveis, com reflexos diretos no equilíbrio dos contratos em referência, e apresentar **PEDIDO DE REVISÃO/REPACTUAÇÃO CONTRATUAL**, com pedido de medida cautelar administrativa, o que faz com amparo nas razões de fato e de direito a seguir alinhadas.

(a) Da profunda alteração do cenário econômico após a apresentação da proposta e celebração dos contratos - álea econômica extraordinária - fato do príncipe

A Requerente, em abril de 2020, participou do processo de contratação direta, **Dispensa de Licitação nº 006/2020**, fundamentado no disposto no artigo 24, V, da Lei nº 8.666/93, e concretizado na celebração dos Contratos Administrativos nºs 2020200137 (Fundo Municipal da Educação), 20200138 (Fundo Municipal de Itaituba), 20200139 (Fundo Municipal de Assistência Social), e 20200140 (Prefeitura Municipal de Itaituba), tendo por objeto o fornecimento de óleo diesel, diesel S-10 e gasolina comum.

O critério de remuneração (preço) a ser praticado pela Contratada foi definido nos itens 1.2 e 1.3 dos contratos, na figura de um "percentual de

desconto aplicado na compra de combustível atual, de acordo com a cotação de preços/proposta" incidente "**sobre o valor mínimo ANP, conforme reajustes publicados periodicamente no site da ANP**". Os percentuais da proposta foram fixados na proporção de 16,50% (para óleo diesel e diesel S-10) e 18,00% (para gasolina comum).

O indexador único para **remunerar** o serviço contratado foi o **preço mínimo ANP** (previsto no artigo 8º da Lei nº 9.478/97), que decorre da publicação periódica do Levantamento de Preços de Combustíveis ("LPC"), procedimento por intermédio do qual a ANP acompanha os preços praticados por revendedores de combustíveis (por meio de uma pesquisa semanal de preços realizada por empresa contratada) em diversos municípios brasileiros.

A sistemática legal de acompanhamento dos preços, nos termos da legislação setorial, constitui prerrogativa da ANP, exercida legitimamente no âmbito de sua discricionariedade técnica, inclusive no que diz respeito aos critérios de eleição dos municípios integrantes da pesquisa.

Após a apresentação da proposta que embasou os supracitados contratos administrativos, entretanto, um evento imprevisível, sobre o qual a Requerente não tem qualquer ingerência, passou a impactar negativamente a equação econômico-financeira dos Contratos. **A partir de agosto de 2020, a ANP deixou de publicar o Levantamento de Preços relativo ao Município de Itaituba.** Tal circunstância, que configura fato do príncipe, deixou os Contratos órfãos de referência de preço-base atualizada e realista, o que, somado ao aumento dos custos da operação, passou a gerar relevante prejuízo à Requerente. Sem a referência de preço, os valores envolvidos nos Contratos foram indevidamente congelados, agravando-se cada vez mais a defasagem verificada entre custo real da operação e preço praticado.

Isso se deve, como dito, porque o aumento dos custos reais da operação deixou de ser acompanhado pela correlata evolução do preço-índice. Aliás, vale ter em conta que, desde agosto de 2020, o preço do diesel e da gasolina nas refinarias teve expressivo aumento, tornando muito mais dispendioso o cumprimento dos Contratos. Conforme notícias amplamente divulgadas (algumas das quais em anexo), viu-se o seguinte panorama:

"A Petrobras confirmou que vai **aumentar em 5% o preço do diesel e em 6% o litro da gasolina** nas refinarias, a partir de amanhã (21/08). Este é o segundo reajuste de preços de combustíveis feito pela empresa em agosto. No último dia 12, a

empresa já havia anunciado um aumento de 2% no diesel e 4% na gasolina." (Fonte: Valor/Globo, 20/08/2020)

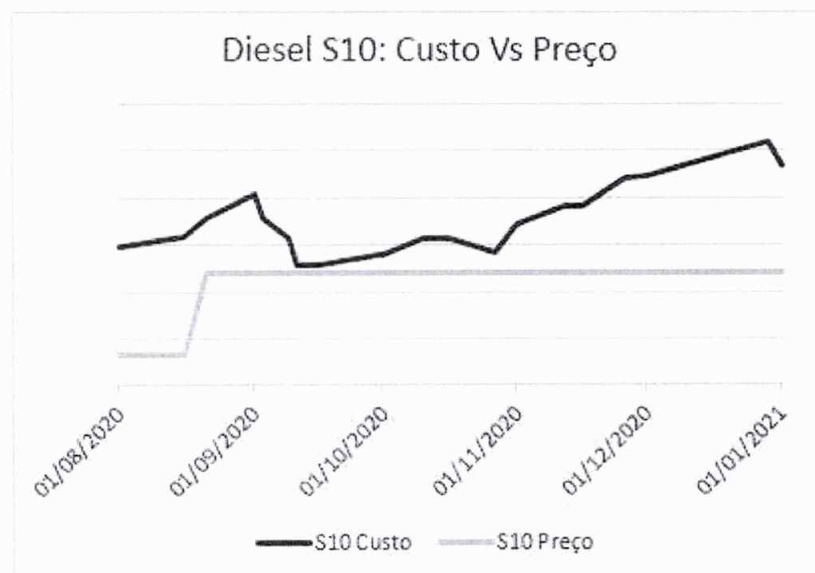
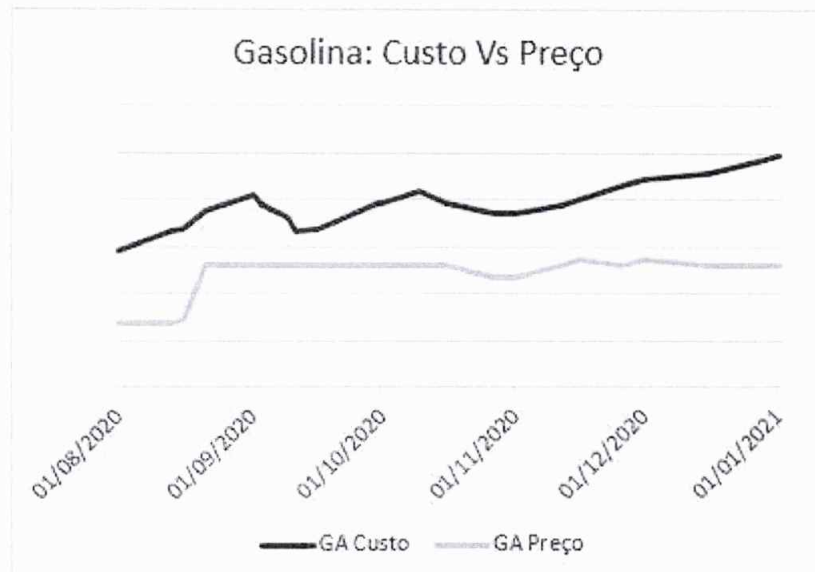
"O 75º leilão de biodiesel negociou 1,19 bilhão de litros para atendimento à mistura de 10% em setembro e outubro, com o **preço médio subindo 43,6%** ante o certame para atender o bimestre anterior, informou ontem a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP)." (Fonte: Diário do Comércio, 01/09/2020)

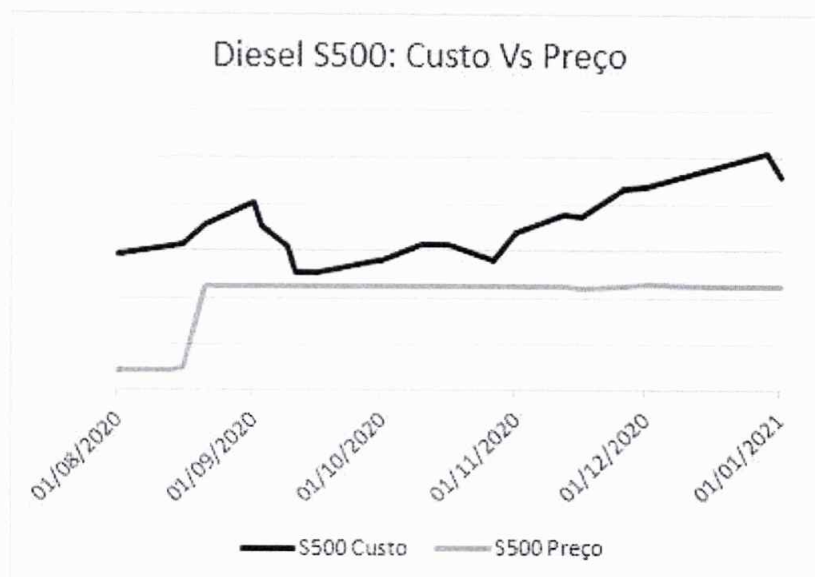
"A Petrobrás **elevará os preços médios** da gasolina em suas refinarias **em 5%** a partir de quarta-feira, informou a companhia nesta terça-feira, enquanto o valor do diesel **subirá 3%**" (Fonte: Reuters/Uol, 29/09/2020)

"A Petrobras **aumentará o preço da gasolina** em suas refinarias **em 4%** em média a partir de quinta-feira (26), enquanto o **diesel terá elevação de 5%**, informou a companhia nesta quarta-feira (25), por meio da assessoria de imprensa, em movimento que leva as cotações dos combustíveis ao maior nível em três meses." (Fonte: Reuters/G1, 25/11/2020)

"Passam a valer a partir desta terça-feira (29) os novos preços praticados pela Petrobras para a gasolina e o diesel vendido em suas refinarias. A estatal decidiu **aumentar em 4% o preço médio do diesel e em 5% o da gasolina.**" (Fonte: CNN Brasil, 29/12/2020)

Como decorrência dos constantes aumentos dos custos e da crescente defasagem do preço-índice, a margem da operação se tornou cada vez mais negativa. Isso é verificável pela distância entre as curvas de custo e preço nos gráficos abaixo, que retratam os valores envolvidos nas operações com gasolina, diesel S10 e diesel S500 (custo para a Requerente *vs* preço praticado ao Município):





É inegável, assim, que o equilíbrio econômico-financeiro sofreu, por conta de **fato do príncipe**, profunda e imprevisível alteração. Com a supressão da referência de preço proveniente do LPC realizado pela ANP para o Município de Itaituba, os valores praticados no Contrato ficaram ancorados ao passado, tornando-se largamente deficitários e, com isso, reduzindo de forma absolutamente anômala o resultado das operações econômicas ajustadas nos Contratos, causando forte desequilíbrio econômico-financeiro.

Para que se tenha ideia do vulto desse desequilíbrio, cumpre referir que a margem da operação, que era positiva, está hoje negativa em, em média, R\$ 300,00/m³ (trezentos reais por metro cúbico) de combustível comercializado. A contar de agosto de 2020, a Requerente acumula, apenas com relação aos Contratos aqui tratados, prejuízo de R\$ 825.319,74 (oitocentos e vinte e cinco mil, trezentos e dezenove reais e setenta e quatro centavos), assim distribuídos: R\$ 646.890,52 na venda de diesel S500, R\$ 87.219,81 na venda de diesel S10 e R\$ 91.209,41 na venda de gasolina.

O desequilíbrio atualmente experimentado pela Contratada, por consequência, inviabiliza o acréscimo dos volumes aos contratos celebrados (até o limite de 25%) sem que, previamente, seja repactuados os contratos para escoimar o prejuízo atualmente suportado.

(b) Pedido de revisão/repactuação contratual (recomposição dos preços) para reequilíbrio econômico-financeiro

Os contratos administrativos, como se sabe, estão cercados de prerrogativas em favor da Administração, que são contrabalançadas por correlatas garantias em favor do contratado. Dentre essas garantias, uma das mais importantes é a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial.

A necessidade de que a relação contratual se mantenha, ao longo do tempo, com o mesmo equilíbrio inicialmente pactuado está prevista já na Constituição Federal, no art. 37, XXI, ao se determinar que “as obras (...) serão contratados mediante processo de licitação pública (...) com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta**, nos termos da lei (...)”. Significa dizer que a Carta Magna automaticamente inclui, em todas as avenças, a cláusula *rebus sic stantibus*, garantindo que o cumprimento das obrigações só possa ser exigido *estando as coisas na mesma situação em que se encontravam na celebração do contrato*.

Na já clássica lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

De acordo com ela [a cláusula *rebus sic stantibus*], as obrigações contratuais hão de ser entendidas em correlação com o estado de coisas ao tempo em que se contratou. Em consequência, a mudança acentuada dos pressupostos de fato em que se embasaram implica alterações que o Direito não pode desconhecer.¹

Com a missão de dar eficácia ao mandamento constitucional, previu-se, nas normas infraconstitucionais (Lei do Plano Real, Lei de Licitações e Contratos Administrativos e demais normativas), mecanismos de **recomposição do equilíbrio**.

No que aqui interessa, importa perceber que a desfiguração dos parâmetros iniciais de preço dos Contratos faz com que não seja possível promover simples reajuste a partir de cláusulas já existentes. Para tanto, seria necessário, dentro de um quadro de normalidade econômica, que o “preço mínimo ANP” ainda estivesse sendo divulgado pela Agência com relação ao Município de Itaituba, o que não ocorre. Está-se, aqui, diante da “ocorrência de fatos graves, não imputáveis ao particular contratante”, que alteraram “a relação *encargo-remuneração* originalmente estabelecida pelas partes, a tal ponto

¹ Curso de direito administrativo, 34ª edição. São Paulo: Malheiros, 2019, p. 686.

que não possa ser restabelecida pela simples aplicação do critério de reajustamento pactuado”, de modo a autorizar “a *recomposição dos preços contratuais*, para adequá-los à nova situação e propiciar a restauração do *equilíbrio econômico-financeiro* do contrato.” Em casos tais, “[é] **obrigatória a revisão do contrato (...) quando atos gerais do Governo ou dificuldade materiais específicas passam a onerar extraordinariamente o cumprimento do contrato, desequilibrando a equação econômico-financeira estabelecida inicialmente entre as partes.**”²

Ao esclarecer que a revisão dos contratos é aplicável tanto em casos de alteração unilateral de projetos por parte da Administração como em casos, como o aqui tratado, de distorções econômicas abrangidas pela teoria da imprevisão, pela teoria do fato do príncipe e por sujeições imprevisas, a doutrina recorda que a revisão para recomposição de preços está englobada na previsão geral do art. 65, II, “d” da Lei Geral de Licitações e Contratos.³

Para que se tenha o texto legal em mente, vale lembrar que a Lei nº 8.666/93 fixou, dentre as hipóteses de alteração dos contratos administrativos, a verificação de “*fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis*”, que interfiram no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado. Veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...)

II - por acordo das partes: (...)

d) para **restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração** para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do **equilíbrio econômico-financeiro inicial** do contrato, na hipótese de sobrevirem **fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis**, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de **força maior, caso fortuito ou fato do príncipe**, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

² MEIRELLES, Hely Lopes. Reajustamento e recomposição de preços em contrato administrativo. *Revista de Direito Administrativo (RDA)* 139/16.

³ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*, 34ª edição. São Paulo: Malheiros, 2019, p. 674.

Resumidamente, a norma legal estabelece (i) como *hipótese de incidência* a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, de fatos imprevisíveis e/ou de fatos previsíveis, mas de consequências incalculáveis, e (ii) como *consequência jurídica* a alteração do contrato para restabelecer-se a relação inicial entre encargos e retribuição. A (iii) *finalidade*, como visto, é a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

A hipótese de incidência está comprovada: a decisão da ANP de excluir o Município de Itaituba das pesquisas de preço constitui fato do príncipe, sendo ato da Administração, não relacionado diretamente aos Contratos em questão, mas com efeitos econômicos claramente incidentes e gravosos. É necessário, assim, aplicar-se a consequência jurídica de alteração dos Contratos para que se atinja a finalidade legal de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

De modo a medir-se o equilíbrio econômico-financeiro inicial e, a partir dessa relação, recompor-se os preços para que deem conta da nova realidade econômica, a Contratada **REQUER**, forte no art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93, a **revisão dos Contratos** para que se substitua, como preço base, o "valor mínimo ANP" pelo **Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF)** relativo ao Estado do Pará, para cada tipo de combustível, divulgado mensalmente pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (**CONFAZ**), a partir de pesquisas de preço, disponível no sítio eletrônico do Ministério da Economia.⁴

Considerando que a ausência de referência de preço atualizada remonta a agosto de 2020 – o que significa que os prejuízos vêm se acumulando desde então –, de modo a recompor o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos, é necessário readequarem-se os descontos praticados. Do contrário, em vez de reequilíbrio, haverá simples estagnação do desequilíbrio já existente. A Contratada **REQUER**, então, a **revisão dos percentuais originais de desconto**, a incidirem *ex nunc* – ou seja, a partir de agora –, **para 3% (para óleo diesel e diesel S-10) e 9% (para gasolina comum)**. A partir dos estudos elaborados,⁵ tal

⁴ Os atos periódicos podem ser consultados em <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/atos-pmpf/2020>. O PMPF/CONFAZ é indicado como índice de preço substitutivo por ser, dentre os índices oficiais, aquele que melhor se adequa à metodologia da ANP e aos preços reais de mercado.

⁵ Os percentuais indicados resultam dos estudos do impacto econômico-financeiro ocorrido até o momento. Considerando a crescente defasagem do preço-base, é possível que tais valores tenham de ser revistos para se ajustar ao real impacto sofrido no momento da efetiva revisão dos Contratos.

alteração é necessária para que se atinja, ao final dos Contratos, a recomposição do equilíbrio inicial.

(c) Pedido de medida cautelar administrativa

Diante do vulto dos impactos aqui referidos e da situação econômico-financeira que se agrava a cada dia em que o índice de preço dos Contratos não é revisado, faz-se necessária a imediata concessão de medida cautelar administrativa que estanque os prejuízos causados ao particular e, com isso, a bem do interesse público, mitigue também a magnitude da revisão contratual a ser arcada pela Administração.

O ordenamento jurídico prevê, em suas diversas esferas, a possibilidade de adoção imediata de medidas acauteladoras, quando da espera pela regular tramitação dos processos administrativos possam resultar graves prejuízos aos envolvidos. Nesse sentido, a título de exemplo, vale citar o art. 45 da Lei nº 9.784/99 e o art. 57 da Lei Estadual nº 8.972/20.

O caso em exame reclama a adoção de **medida cautelar que desde logo substitua, ainda que precariamente (até a celebração dos aditivos contratuais de revisão aqui solicitados)**, o “valor mínimo ANP” pelo Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF) relativo ao Estado do Pará, para cada tipo de combustível, divulgado mensalmente pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) como índice de preço sobre o qual deverão incidir os descontos ofertados, estipulando que os percentuais de desconto dos Contratos incidirão, até decisão final, na monta de 3% (para óleo diesel e diesel S-10) e 9% (para gasolina comum).

Sem a concessão de medida cautelar, a regular execução dos Contratos se fará prejudicada, tornando ainda mais ruinoso o cumprimento das obrigações já desequilibradas. É necessário, ainda, que se suspenda qualquer procedimento tendente a eventual acréscimo de quantitativos contratuais sem que antes seja realizada a revisão de que trata este pleito, sob pena de agravamento ainda maior dos prejuízos, com possível e provável inviabilização do cumprimento dos Contratos.

Quadra reforçar, uma vez mais, que, estando deficitário o modelo econômico sobre o qual estão amparados os contratos vigentes, em razão do desequilíbrio atualmente experimentado pela Contratada- não há como suportar

qualquer acréscimo de volume sem aumento correspondente do prejuízo que objetivamente impacta as relações contratuais desde agosto de 2020.

(d) Requerimentos

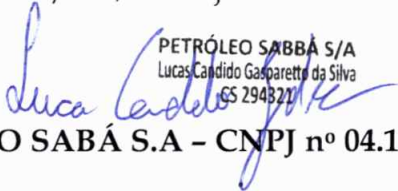
Diante do exposto, e como memória do quanto requerido ao longo desta petição, a Requerente postula:

- i) A imediata concessão de **medida cautelar administrativa** que desde logo substitua, ainda que precariamente (até a celebração dos aditivos contratuais de revisão aqui solicitados) e para as próximas operações de fornecimento de combustível, o “valor mínimo ANP” pelo Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF) relativo ao Estado do Pará, para cada tipo de combustível, divulgado mensalmente pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) como índice de preço sobre o qual deverão incidir os descontos ofertados, estipulando que os percentuais de desconto dos Contratos incidirão, até decisão final, na monta de 3% (para óleo diesel e diesel S-10) e 9% (para gasolina comum).
- ii) **Ainda em sede cautelar**, a suspensão de eventuais procedimentos tendentes a acréscimo de quantitativos contratuais até que seja realizada a revisão/repactuação de que trata este pleito;
- iii) Ao final, forte no art. 65, II, “d” da Lei nº 8.666/93, a celebração de **aditivos para a revisão/repactuação bilateral dos Contratos**, com:
 - a. A substituição, como preço base sobre o qual incidem os descontos ofertados, do “valor mínimo ANP” pelo Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF) relativo ao Estado do Pará, para cada tipo de combustível, divulgado mensalmente pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ);

- b. A substituição, como valor de desconto a incidir sobre o preço base, de 16,50% (para óleo diesel e diesel S-10) e 18,00% (para gasolina comum) para 3% (para óleo diesel e diesel S-10) e 9% (para gasolina comum), a incidir desde logo e para todos os adimplementos futuros.

São os termos em que pede e espera deferimento.

Itaituba/PA, 18 de janeiro de 2021.


PETRÓLEO SABÁ S/A
Lucas Candido Gasparetto da Silva
CPF 2948217
PETRÓLEO SABÁ S.A - CNPJ nº 04.169.215/0001-91